ENTREVISTA ENTREVISTA

"Filiação do Andes à Conlutas fortalece o movimento docente"

Entrevista com Paulo Rizzo, presidente da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior, Andes-SN

 $oldsymbol{A}$ provada no 26º Congresso do Andes, realizado entre os dias 27/2 e 4/3/2007, a filiação da entidade à Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas) mexeu com o movimento sindical. Nesta entrevista à Revista Adunesp/30 anos, o atual presidente do Andes, Paulo Rizzo, da Universidade Federal de Santa Catarina, lembra que o pensamento hegemônico afirma que a única possibilidade de crescimento da economia encontra-se na precarização do trabalho, ou seja, em sua desregulamentação e em cortes nas proteções sociais. "É preciso que observemos que, hoje, no Brasil, a maioria dos docentes das instituições de ensino superior é precarizada", enfatiza. Para Rizzo, é preciso buscar os espacos que possam unificar as lutas dos formais e dos informais e que tenham autonomia em relação ao Estado, aos partidos políticos e ao patronato, como é o caso da Conlutas.



A integração

do conjunto do

Sindicato à

Conlutas não se

dá por decreto.

É preciso, no

quadro

Revista Adunesp - Em seu último congresso, o Andes aprovou a filiação à Conlutas. Qual é a importância desta iniciativa?

Paulo Rizzo - Em primeiro lugar, destaco a importância de um sindicato de docentes de instituições de ensino superior estar articulado com outras organizações de trabalhadores e participando do esforço da classe em construir sua unidade local, regional e nacionalmente. Desde a criação da Associação Nacional dos Docentes, em 1981, e depois, enquanto sindicato nacional, a partir de 1988, nossa organização tem participado desse esforço. A valorização do trabalho docente, objetivo primeiro do sindicato, não é contraditória à organização da classe trabalhadora. Ao contrário, só teremos nosso trabalho efetivamente valorizado quando os trabalhadores, no seu conjunto, forem efetivamente valorizados em nosso país. Vivemos, no entanto, em todo o planeta e não apenas no Brasil, uma fase marcada pela destituição de direitos e de precarização das condições de trabalho. O pensamento hegemônico no mundo e no Brasil afirma que a única possibilidade de crescimento da economia encontra-se na desregulamentação do trabalho, em cortes nas proteções sociais. Isto é, na precarização do trabalho. É preciso que observemos que, hoje, no Brasil, a maioria dos docentes das instituições de ensino superior é precarizada. Mesmo as universidades públicas estão funcionando com diversas formas de trabalho

precário. Portanto, temos que buscar os espaços de luta contra a precarização do trabalho, que busquem unificar as lutas dos formais e dos informais e que tenham autonomia em relação ao Estado, aos partidos políticos e ao patronato. A Conlutas é esse espaço.

Adunesp - Do ponto de vista prático, da autonomia como funciona essa das seções, filiação? Como ficam as seções sindicais do construir essa ANDES nos estados? participação. Rizzo - O Andes é um sindicato nacional e, portanto, não há necessidade das seções sindicais aprovarem a filiação. Mas, a integração do conjunto do sindicato à Con-

lutas não se dá por decreto. É preciso, no quadro da autonomia das seções, construir a participação na Conlutas nos estados e regiões. Considero, ainda, que elas têm uma contribuição muito grande a dar na

> construção e enraizamento da Conlutas. A única deliberação que precisa ser tomada pelas ins-

> > tâncias das seções sindicais diz respeito à contribuição financeira à Conlutas, que é de 2% da receita, descontado o repasse feito à tesouraria do Andes.

Adunesp - Como está o Andes-SN atualmente? Quais são as perspectivas de crescimento do Sindicato Nacional?

Rizzo - O Andes tem por objetivo agrupar nacionalmente os docentes das instituições públicas e particulares de ensino superior e conta hoje com mais de 72 mil sindicalizados. A maioria desses é de instituições públicas, pois no setor privado as mantenedoras reprimem

ENTREVISTA ENTREVISTA

todas as tentativas de organização sindical. Nelas impera o terror. Mas não podemos nos curvar e continuamos a lutar pelo direito de organização sindical de toda a categoria. Isso nos diferencia de sindicatos, federações e confederações que se recusam a organizar a base, mas não abrem mão de cobrar a contribuição sindical compulsória anualmente.

Adunesp - Quais as principais lutas e desafios do Andes-SN atualmente?

Rizzo - O 26º Congresso definiu que, em 2007, as lutas do sindicato deverão se dar em torno de quatro tarefas: 1) reorganização e unificação da classe trabalhadora, com liberdade de organização e autonomia sindical, para garantir direitos e avançar na conquista de melhores condições de vida e de trabalho; defesa e fortalecimento do Andes-SN; 2) defesa do serviço público, da universidade pública com financiamento público, pela valorização do trabalho docente e recomposição salarial; 3) luta contra o neoliberalismo e as várias faces da ofensiva do capital à classe trabalhadora, com ênfase para o combate às chamadas "reformas"; 4) fortalecimento do trabalho de base para ampliar a participação da categoria no sindicato. Passado o Congresso, meu balanço é o de que acertamos nas deliberações. Colaboramos intensamente com a construção e realização do grande encontro ocorrido em São Paulo no dia 25 de março e que constituiu o Fórum Nacional de Mobilização Contra as Reformas Neoliberais. A partir desta iniciativa, tivemos a convocação para a jornada de lutas do dia 23 de maio.

Adunesp - Qual é o seu balanço do 26º Congresso do Andes?

Rizzo - Para mim, o mais importante foi a disposição de luta expressa pelos delegados das seções sindicais e demais participantes. Todos saíram muito animados para pôr em pratica o plano de lutas e com o compromisso assumido de enraizá-lo. A conjuntura é muito adversa, mas desafiante, e a tarefa de um sindicato é assumir os desafios.

Adunesp - As universidades federais foram palco de grandes lutas no primeiro mandato do governo Lula. Isso deve se repetir? Rizzo - Desgraçadamente, o segundo mandato está a exigir lutas mais fortes que o primeiro. Como parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o governo, por meio do projeto de lei complementar

01/2007, pretende congelar a folha de pagamentos por dez anos e o Secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento afirma que não tem como negociar a pauta de reivindicações dos servidores, enquanto o ministro Paulo Bernardo insiste na regulamentação da greve dos servidores. Quer regulamentar para restringir o direito e por saber que as políticas do governo levarão os servidores à luta.

<u>Adunesp</u> - Como o Andes avalia a reação das estaduais paulistas aos decretos de Serra?

Rizzo - Serra mostra que os governadores, muitas vezes, se antecipam ao governo federal na implementação da agenda neoliberal. Além do ataque à autonomia já no seu primeiro dia de mandato, também promoveu sua reforma da previdência. Não se trata simplesmente de constatar que as mobilizações foram intensas, mas sim de assumirmos que não há outra saída que não seja a luta e que nós, docentes, temos uma responsabilidade grande para a defesa da manutenção do caráter público das universidades públicas, o que exige financiamento e autonomia.

"Segundo mandato de Lula exigirá mais reação dos trabalhadores"

Entrevista com José Maria de Almeida, membro da direção nacional da Conlutas

M embro da direção da Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas), José Maria de Almeida também foi candidato a presidente da República em 1998 e 2002, pelo PSTU. Nesta entrevista à Revista Adunesp/30 anos, ele avalia o processo que culminou com a filiação do Andes à Conlutas e aponta as perspectivas para o movimento sindical no país. Para ele, há um fosso entre as necessidades dos trabalhadores e a CUT, a Central que reunia o setor mais combativo do sindicalismo brasileiro até um passado recente. "É este processo que deu origem à reorganização em curso neste momento, que passa pela



Revista Adunesp - Em seu último congresso, o Andes aprovou sua filiação à Conlutas. Qual é a importância desta iniciativa?

construção da Conlutas.'

José Maria de Almeida - Acredito que esta decisão tem um significado muito importante. Para a Conlutas, porque a filiação do Andes – um sindicato muito importante em

nosso país - expressa com clareza o seu fortalecimento como alternativa concreta para a aglutinação das forças de esquerda que atuam no movimento sindical e nos movimentos sociais. Para o Andes, a filiação também é importante. Significa um passo adiante na busca da concretização do projeto político e sindical que o Andes vem defendendo há

ENTREVISTA ENTREVISTA

tempos: de contribuir na construção da unidade dos trabalhadores que se organizam nos sindicatos e também nos movimentos populares, para uma luta comum, de classe. Uma luta que busca o atendimento às reivindicações concretas de cada segmento, mas também a transformação mais profunda na sociedade, para colocar um fim em toda forma de exploração e opressão.

Adunesp - Como está a Conlutas atualmente? Quais são os principais obstáculos enfrentados?

Zé Maria - A Conlutas vem se fortalecendo bastante. Cumpriu papel fundamental na articulação das forças de es-

querda para realizarmos o Encontro Nacional de 25 de marco, em São Paulo, e Vivemos uma depois, na construção situação nova na da jornada nacional de mobilizações no América Latina, dia 23 de maio. No marcada pelo entanto, ainda há muitas dificuldades crescimento da a serem enfrentadas. O principal resistência e das problema é o de não lutas dos povos termos conseguido reunir toda a esquerde vários países da que atua nos mocontra as vimentos sociais para construirmos a Conlupolíticas tas, o que continua senneoliberais. do um objetivo. Também temos poucos dirigentes

des para assumir as tarefas cotidianas da Conlutas e há dificuldade em fazer com que todos os sindicatos compreendam a importância da contribuição financeira regular. O próximo Congresso Nacional, que deve acontecer em abril de 2008, vai tratar de discutir e tomar decisões que ajudem a aprimorar o nosso funcionamento.

disponibilizados pelas entida-

Adunesp - Em termos quantitativos, como está a Conlutas?

Zé Maria - Participam da construção da Conlutas, em todo o país, com um grau de dedicação diferenciado evidentemente, cerca de 250 entidades sindicais, aproximadamente 80 movimentos populares e dezenas de entidades estudantis. Das entidades sindicais, algumas são nacionais, outras estaduais e a maioria são organizações locais. De conjunto, estas entidades representam

uma base de aproximadamente dois milhões de trabalhadores e trabalhadoras em todo o país. Após o congresso de maio de 2006, iniciamos o processo de filiação formal destas entidades, que segue até o momento.

Adunesp - Como você avalia o movimento sindical hoje, no Brasil? Quais são os principais desafios?

Zé Maria - O movimento sindical brasileiro atravessa uma crise grande, devido ao atrelamento da CUT ao governo e às conseqüências que isso causa. Abre-se um fosso enorme entre as necessidades dos trabalhadores e a ação desta Central, que voltou as costas aos seus representados para de-

fender o governo. É um processo que atinge com muita força o setor

mais avançado do sindicalismo brasileiro, que estava reunido

dentro da CUT num passado recente e que iniciou a construção de uma organização alternativa para alcançar a unidade dos trabalhadores e levar adiante suas lutas. Este é o contexto em que surgiu a Conlutas. No entanto, a crise segue e não deve se fechar tão cedo. No interior da CUT, seguem as contradições, sendo que agora é a CSC (Corrente Sindical Classista, ligada ao PCdoB) que ameaça deixar a Central. Se-

tores da esquerda que se organizam na Intersindical seguem insistindo na permanência dentro da CUT, supostamente necessária para disputar suas bases.

Adunesp - Considerando a importância que a CUT ainda representa no país, a Conlutas tem alguma tática de aproximação com os setores mais combativos que ainda permanecem naquela Central?

Zé Maria - O principal desafio da Conlutas, neste contexto de recomposição, é o de unir toda a esquerda que atua nos movimentos sindical e popular em torno à construção de uma mesma organização, que seja a alternativa para as lutas dos trabalhadores brasileiros. A Conlutas é a experiência mais avançada neste sentido, mas ainda não reúne toda a esquerda. Uma parte destes setores permanece na CUT, argumentando que isto é necessário para disputar as bases desta Central. É uma visão equi-

vocada. A melhor forma de disputar estas bases é construir uma alternativa que faça o que a CUT deveria fazer se continuasse a ser uma organização comprometida com os trabalhadores.

Adunesp - O governo Lula está tentando, neste momento, regulamentar o direito de greve no serviço público. Como você vê esta iniciativa?

Zé Maria - O governo Lula, neste seu segundo mandato, dando continuidade ao que fez no primeiro, vai aprofundar ainda mais os ataques aos direitos dos trabalhadores, tanto do setor público como do setor privado. É consequência dos acordos que fez com o grande empresariado e com o imperialismo, como quando da última visita de Bush ao Brasil. O PAC, por exemplo, condensa vários destes ataques: o congelamento/rebaixamento dos salários dos servidores federais por 10 anos e a constituição do Fórum Nacional da Previdência, que prepara uma nova reforma previdenciária. Temos ainda a ameaça da reforma trabalhista. O governo sabe que, diante de tantos ataques, a reação dos trabalhadores vai ser dura, que vai crescer a resistência contra suas políticas. Por isso, trata de criminalizar a luta social, quer se cercar de instrumentos que o ajudem a limitar ou mesmo impedir a luta dos trabalhadores, como é o caso da "regulamentação" do direito de greve.

Adunesp - Você acredita que as lutas sindicais e populares possam se acirrar nos próximos meses no Brasil?

Zé Maria - Nós estamos vivendo uma situação nova na América Latina, marcada pelo crescimento da resistência e das lutas dos povos de vários países contra as políticas neoliberais que são aplicadas em nossa região. É este processo amplo de lutas sociais, que já derrubou vários governos na América do Sul nos últimos anos, o responsável por impor inclusive uma nova agenda de discussões aos governos da região. Em vários países, como Venezuela, Bolívia, Equador e Argentina, fala-se em nacionalizações. O Brasil é um elo mais atrasado desta corrente; não vivemos ainda o mesmo processo de ascensão das lutas sociais. Mas acredito que isso venha a acontecer no futuro próximo. As pessoas começam a demonstrar cansaço e desesperança em relação a soluções que deveriam vir por parte do governo.